

Pereira Passos, a população pobre do Rio de Janeiro e o seu centro reformado: elementos para um debate

André Nunes Azevedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 26 mar. 2024

Aprovado em: 06 jun. 2024

Publicado em: 06 maio 2025

Resumo

A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, realizada entre os anos de 1903 e 1906, consistiu, na realidade, em dois projetos com naturezas distintas: um de responsabilidade municipal e outro de âmbito federal. Neste texto, concentraremos nossa atenção no plano de redimensionamento urbano conduzido pelo prefeito Pereira Passos, cujas intervenções ficaram conhecidas por sua ambição modernizadora. Argumentamos aqui que, ao contrário do que frequentemente se afirma, Pereira Passos não buscou simplesmente expulsar do Centro da cidade a população de baixa renda. Antes disso, o prefeito parece ter concebido um projeto em que a permanência popular no Centro reformado fosse permitida sob condições específicas e controladas. Essa presença popular, longe de ser rejeitada completamente, era instrumentalizada como parte de um esforço pedagógico mais amplo. O objetivo era integrar os setores populares a uma nova ordem urbana marcada por ideais de civilização, progresso e higiene, moldando comportamentos e hábitos compatíveis com a cidade modernizada que se pretendia construir. Assim, o Centro do Rio passava a desempenhar um papel simbólico e educativo fundamental no processo civilizatório idealizado pela administração municipal.

Palavras-chave: Reforma Urbana. Pereira Passos. Civilização.

* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Mestre e graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: azevedoemigrante@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6546-1535>

 <http://lattes.cnpq.br/6516816345956630>

Pereira Passos, Rio de Janeiro's poor population and its reformed city center: elements for a debate

André Nunes Azevedo

State University of Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 26th Mar. 2024

Approved: 06th Jun. 2024

Published: 06th May 2025

Abstract

The Great Urban Reform of Rio de Janeiro, carried out between 1903 and 1906, actually consisted of two projects of distinct natures: one under municipal responsibility and the other under federal jurisdiction. In this text, we will focus our attention on the urban redesign plan led by Mayor Pereira Passos, whose interventions became known for their modernizing ambition. We argue here that, contrary to what is often claimed, Pereira Passos did not seek to simply expel the low-income population from the city center. Before that, the mayor seems to have conceived a project in which the popular population would be allowed to remain in the reformed center under specific and controlled conditions. This popular presence, far from being rejected completely, was instrumentalized as part of a broader pedagogical effort. The objective was to integrate the popular sectors into a new urban order marked by ideals of civilization, progress, and hygiene, shaping behaviors and habits compatible with the modernized city that he intended to build. Thus, the Center of Rio began to play a fundamental symbolic and educational role in the civilizing process idealized by the municipal administration.

Keywords: Urban Reform. Pereira Passos. Civilization.

* Professor at the State University of Rio de Janeiro, Institute of Philosophy and Human Sciences, Department of History. PhD in Social History of Culture from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro; MA and BA in History from the State University of Rio de Janeiro. E-mail: azevedoemigrante@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6546-1535>

 <http://lattes.cnpq.br/6516816345956630>

Entre os anos de 1903 e 1906 o Rio de Janeiro testemunhou a maior operação de intervenção arquitetônica e urbanística em sua paisagem, até os dias de hoje. O modelo de “cirurgia urbana” já esteve presente em alguma medida em Londres, na primeira metade do século XIX (Benevolo, 2001, p. 46), e teve forte efeito como referência para todo o Ocidente após a gigantesca intervenção modernizadora do espaço urbano propendida por Georges-Eugène Haussmann, Prefeito de Paris nas décadas de 1850 e 1860. Cidades como Viena, Bruxelas e Estocolmo, na Europa, e Montevideo e Buenos Aires, na América do Sul, receberam, ainda no século XIX, grandes intervenções urbanas de transformações paisagísticas (*Ibidem*, p. 114). No alvorecer do século seguinte o Rio de Janeiro receberia uma expressiva reformulação urbana, com o fito de redimensionar a imagem da cidade ao exterior, dando nota do que seria concebido como o “avanço do seu progresso e de sua civilização”.

Esse importante fato da história do Rio de Janeiro recebeu uma boa quantidade de reflexões dos historiadores entre os finais da década de 1970 e o início da década de 1980. De uma maneira geral, não seria equivocado afirmar que essa historiografia exibiu um bom grau de coerência interna em suas análises sobre a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, ocorrida entre 1903 e 1906. Jaime Benchimol (1992) percebe as intervenções urbanísticas de Pereira Passos e Rodrigues Alves como uma autêntica operação de guerra, destinada a expulsar os pobres do Centro e incentivar a especulação imobiliária nesse espaço, que a burguesia teria buscado reservar a si. Oswaldo Porto Rocha (1995) entende que a administração de Pereira Passos marca o domínio dos interesses dos segmentos vinculados ao comércio, sobretudo o de importação, aos meios de transporte e, principalmente, aos setores ligados à construção civil. Seria uma ação de especulação imobiliária, que teria por fim aburguesar o espaço urbano do Rio de Janeiro. Para Lia Aquino de Carvalho (1995), historiadora que se debruçou sobre a questão habitacional da cidade, a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro foi uma resposta burguesa ao processo de industrialização que estava em curso no Rio de Janeiro após a instauração da República, a abolição da escravidão e a desmobilização do capital cafeeiro no Vale do Paraíba fluminense. Desalojou milhares de trabalhadores do centro urbano da Capital Federal e negligenciou o crescimento da demanda por habitação na cidade, colaborando para o agravamento da crise habitacional que já vinha em curso na urbe. Maurício de Abreu (2013), dedicado a pensar o espaço, entende que a intervenção urbana promovida por Rodrigues Alves e Pereira Passos foi o resultado do desenvolvimento de uma dinâmica capitalista no espaço urbano do Rio de Janeiro, que ganhou grande impulso com a abolição da escravidão. O novo espaço reformado deveria se adequar às relações capitalistas que nele se entabulavam. A reforma do porto em particular gerou grande demanda pelo aumento da circulação de mercadorias e toda a necessidade logística do avanço do capitalismo explicaria a ação da burguesia nacional em realizar a reforma urbana na Capital Federal. Para o autor, geógrafo, a burguesia operou a Grande Reforma Urbana a fim de adequar o espaço urbano do Rio de Janeiro às relações capitalistas de produção, em uma

cidade em constante evolução demográfica.

Seja qual for o enfoque, a abordagem do tema da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro revelou grande convergência entre essa geração da historiografia, que buscou compreender as ações urbanísticas de Pereira Passos e Rodrigues Alves como uma ação de classe, derivada da grande burguesia nacional e carioca, que respondia ao avanço das relações capitalistas na cidade. A reforma também teria sido feita para expulsar as populações pobres residentes no Centro, buscando adequar o espaço urbano da mesma a nova realidade econômica do capitalismo triunfante após a abolição da escravidão, o que foi feito aburguesando-o para fins de uma especulação imobiliária que desautorizaria a presença da população de baixa renda na região, tornando imperativa a expulsão dos pobres desse espaço da cidade.

A nossa abordagem é diversa. Não nos ocuparemos aqui com a grande questão presente para essa geração de historiadores, qual seja, a de pensar os fatores motivadores da Reforma Passos. Não obstante, por outro lado, manteremos uma outra questão que foi objeto de reflexão dessa historiografia, a saber: o porquê dessa reforma ter se constituído como tal, qual foi o objetivo que norteou, especificamente, a conduta do prefeito Francisco Pereira Passos. O nosso exercício aqui será o de pôr em questão a premissa de que a reforma urbana de Pereira Passos, especificamente ela, e não a ação reformadora federal, foi feita com o fito de expulsar a população pobre do centro urbano da cidade, o que faremos a partir de evidências empíricas, documentais, como requer o trabalho acadêmico, a sério, realizado por historiadores especialistas no tema.

A intervenção urbana do Rio de Janeiro foi concebida pelo Presidente Rodrigues Alves, um representante da burguesia cafeeira paulista, mas que havia estudado por sete anos no Rio de Janeiro, mais especificamente no Imperial Colégio Pedro II (Franco, 2001, p. 89-92; Silva, s/d. p. 22-23), instituição de ensino brasileira de excelência, e que expressava o campo de valores hegemônico no mundo imperial da segunda metade do século XIX, campo moral dominado pela ideia de civilização, a ideia-força, valor maior, e grande metáfora política do Império (Azevedo, 2016, p. 35-36). Talvez como tradução dessa experiência, Rodrigues Alves foi eleito, ainda na monarquia, como Deputado Geral pelo Partido Conservador (Franco, 2001, p. 138-142), sendo assumidamente favorável ao regime monárquico.

O presidente Alves, egresso de Guaratinguetá, e filho de importante família cafeeira do Vale do Paraíba paulista, pensou uma reforma com dois horizontes distintos: uma de competência federal, que interviria pontualmente na cidade, mas com vistas para além dela mesma, uma vez que buscava resolver questões extra cariocas, e uma reforma de escopo maior, mais difusa pelo Centro do Rio, menos localizada que a ação federal. Essa segunda reforma, atribuída ao poder público municipal, tinha como alvo a cidade e sua funcionalidade logística. Ela respondia à ampliação da capacidade comercial do porto, via reforma federal, e ao próprio processo de expansão do capitalismo na urbe, muito impactado pelo fim recente da escravidão, determinado em 1888, e pela expansão de novas tecnologias. Como exemplo destas, tem-se o automóvel com seu uso expandido no espaço urbano da Capital Federal em

progressão geométrica no curto período da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906. Com efeito, o Centro da urbe carioca não poderia seguir com a sua estrutura de pequenas e tortuosas ruas de pouco mais de 3 metros de largura, muitas das quais não encontravam solução de continuidade com outras vias na malha urbana do seu centro.

Essa divisão da gestão daquilo que é entendido como a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro – a articulação da Reforma Passos e a Reforma Rodrigues Alves – consistiu em muito mais do que uma mera divisão burocrática-administrativa da tarefa reformadora. Para muito além disso, essa distinção marcou também uma diferenciação de projetos e da natureza desses projetos, marcadamente distintos em suas proposições de intervenção na cidade. Se a primeira delas, a reforma federal, foi muito mais voltada para as aflições presentes nas demandas da elite cafeeira para a economia do país,¹ a segunda, a reforma urbana municipal, foi de todo empregada tendo como foco a vida urbana cotidiana da cidade. Distintos objetivos e valores orientaram esses dois planos de intervenção urbana.

O modelo assumido pela intervenção urbanística federal foi fundado na ideia de progresso, com a exibição de uma avenida Central larga, com 33 metros, contando com um *boulevard* parisiense que, como tal, apresentava um canteiro central arborizado, além de um *rond point*, características tipicamente haussmannianas, que conotavam o deslumbramento das elites da Capital Federal com as referências simbólicas da capital francesa. O valor fundamental que orientava os planos e ações dessa reforma estava centrado na referência do crescimento material – crescimento econômico, tecnológico e de grandes obras modernizadoras - como um movimento em direção ao futuro, que superaria o passado. A dimensão de progresso acalentada pelos reformadores federais dava nota de um movimento de melhoria continuada projetada adiante, para o qual modernizar supunha arrasar o passado. Essa noção de progresso, própria do liberalismo conservador, vitorioso na Primeira República,² só admitia como valor o advir de um desenvolvimento material que só poderia se estabelecer pelo arrasamento de um passado.

Já a reforma urbana conduzida por Pereira Passos foi de matriz distinta. Em sua essência, foi culturalista (Azevedo, 2016, p. 179-180). Buscou valorizar elementos da tradição da cidade, de seu passado, valorizando a experiência histórica da urbe, como a sua relação com o mar, que então passa a ser incorporado à malha urbana através da construção da avenida

1 Cabe notar que Rodrigues Alves era filho, da parte materna, de uma das maiores famílias cafeeiras do Brasil, no Vale do Paraíba paulista (Franco, 2001, p. 81-88). Sobre as aflições econômicas mencionadas, e que o presidente Rodrigues Alves atacou nas reformas, vale lembrar a demanda que esse manifestou em seu discurso de posse, pela melhoria do aspecto da capital, a fim de que essa colaborasse na atração de mão de obra imigrante em contexto de crise de mão de obra no campo pós abolição da escravidão. Sobre isso, ver: *Discurso de posse do Presidente Rodrigues Alves*, 15 nov. 1902. Outra dessas aflições era relativa à ampliação da capacidade do porto do Rio de Janeiro, o maior centro importador do Brasil, responsável por 49% da arrecadação federal (Lamarão, 1995, p. 143).

2 Sobre a hegemonia da corrente liberal conservadora após os primeiros anos da República, ver Carvalho (2019).

Beira-Mar e do arruamento e loteamento do bairro de Copacabana, para onde o Prefeito Passos conduziu a cidade, propiciando a criação de uma das maiores demarcações simbólicas do Rio de Janeiro até os dias de hoje, a sua radical integração do mar à malha urbana. As marcas expressivas do passado também são valorizadas em seu urbanismo, como o morro do Castelo, o Convento da Ajuda e o prédio de arquitetura manuelina, portuguesa, do Conselho Municipal, que foram preservados a contrapelo da opinião pública, clamorosa pelo “bota-abaixo”.

Assim, duas diferentes intervenções urbanísticas ficaram caracterizadas, ocorrendo em paralelo. Não obstante, essas ações de reformulação urbana não se mostraram irreconciliáveis. Ao contrário, apresentaram significativa integração. A reforma urbana de Pereira Passos buscou viabilizar realizações dos reformadores federais, como no caso dos alargamentos das ruas perpendiculares à avenida Central, obra complementar à intervenção de Rodrigues Alves, sem a qual não faria sentido – seria inimaginável uma avenida de 33 metros de largura e quase 2.000 metros de comprimento assediadas por ruas de pouco mais de 3 metros –, além de ser mesmo inviável pelo novo fluxo de trânsito que captaria, sem ter escoamento. Outro exemplo de complementação das intervenções federais foi o alargamento e interconexão do sistema de ruas que conduziriam as mercadorias do porto reformado para o centro da cidade, sem a qual as obras portuárias não fariam sentido dentro da logística comercial da cidade. Desta forma, embora distintas em seu urbanismo, valores e propostas, ambas as reformas encontraram, entre si, uma via de integração, o que nos leva a reconhecer o conjunto da mesma como “Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro”, um conceito que abriga duas distintas intervenções urbanísticas articuladas no mesmo tempo e espaço. A constituição desse conceito é fundamental para compreendermos o caráter articulado dessas reformas e, ao mesmo tempo, preservar as suas motivações e especificidade de objetivos enquanto projetos distintos que foram, bem como as suas orientações no campo dos valores que desejaram fazer valer na cidade. Desta forma, com os resguardos que esse conceito contém, podemos superar a visão monolítica que a historiografia afirmou sobre esses dois projetos de ordenação urbana, que foram sintetizados como uma ação única, pela denominação genérica de “Reforma Passos” e, ao mesmo tempo, não perder de vista o conjunto dessas duas ações reformadoras articuladas.

Cabe pontuar que a historiografia que discutiu a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro entre os fins da década de 1970 e a 1ª metade da década de 1980 não deixa de apontar que houve atribuições federais e municipais sobre as reformas, mas trata-as como sendo uma só coisa, a ponto de tornar comum, através do efeito produzido pela indistinção de sua abordagem, a ideia dominante no senso comum sobre o assunto de que Pereira Passos seria o criador da avenida Central.³

3 Como exemplo, podemos citar os dizeres da escultura do busto de Pereira Passos, exposto no Clube de Engenharia, onde ele aparece designado como o “construtor da avenida Central”. Ao lado, a escultura do busto do verdadeiro construtor da sobredita avenida, Paulo de Frontin, cujos dizeres não aludem a sua condição de diretor das obras da avenida Central.

A historiografia dos anos 1980 concebeu o conjunto de reformas urbanas que tiveram curso entre 1903 e 1906 como “Reforma Passos”. O nosso trabalho optou por outra abordagem. Tomaremos aqui por base a documentação sobre a reforma municipal em específico, posto que foi a intervenção de maior abrangência, e aquela que pensou a cidade. A reforma urbana federal foi mais específica, atuando no porto e no seu entorno, além da obra da avenida Central, que foi pouco preocupada com a urbe como um ente para si. A grande preocupação que orientou a construção dessa nova via se deu em nome de interesses que extrapolavam a cidade. Desta forma, essa obra foi realizada com foco na Capital Federal, e não na cidade, que são entes distintos. Se a primeira é vivência cotidiana, a segunda é sede do poder do Estado. É, portanto, um espaço-função, e não um espaço-uso.⁴ A reforma federal foi uma reforma tópica na urbe, que operou em dois topos: o porto e a avenida Central, e não uma reforma da cidade, que pensou a mesma. Essa tarefa coube à reforma municipal, concebida e operacionalizada por Pereira Passos.

Francisco Pereira Passos era filho de um fazendeiro escravista do sul fluminense. Era egresso de uma família abastada (Athayde, 1944, p. 11-16; 31-32). A contrapelo do desejo do pai, cursou Engenharia, um curso cuja quase totalidade de seus estudantes era de origem socialmente remediada, ou mesmo abaixo das camadas médias urbanas no espectro social carioca. Ao contrário dos cursos de Direito e de Medicina, nos quais as famílias necessitavam despender uma alta anuidade para que seus filhos se formassem, o curso de Engenharia era de todo gratuito, ainda recebendo o aluno uma remuneração para estudar e concluir seus estudos.⁵ Era também um curso completamente voltado para formação do servidor público, porquanto sua graduação era completamente vinculada à atividade militar, sendo por eles gerido à época em que Passos foi estudante no Largo de São Francisco.⁶ O futuro prefeito do Rio de Janeiro concluíra seus estudos em 1856, na única escola de Engenharia do país, obtendo a sua graduação em 1856, junto a mais dois engenheiros que, com ele, perfaziam três formandos naquele ano. Pouco adiante, em 1865, a Corte apresentava 27 engenheiros, ao mesmo tempo em que possuía 74 professores de piano, e ainda 24 consertadores e afinadores de piano (Coelho, 1999, p. 72). Tratava-se, então, de uma profissão que conduzia quase que inexoravelmente ao serviço público Imperial. Via de regra, seus quadros eram imbuídos dos valores do Império, dados referidos à ideia-força do regime, a ideia de civilização (Azevedo, 2016, p. 35).

Assim que Francisco Pereira Passos se formou, foi enviado, por intervenção de seu pai, homem com alguma influência na Corte, para ser adido da legação do corpo diplomático brasileiro em Paris, medida com a qual o seu progenitor pretendia aplicar uma espécie de

4 Sobre a relação entre uso e função nos espaços urbanos, ver Ferrara (1982).

5 Para a construção de um perfil do estudante de engenharia no Império, ver Coelho (1999).

6 Sobre essa condição, ver Telles (1994).

“correção de rumos” à trajetória do filho (Athayde, 1944, p. 36), que fizera opção por uma carreira que, então, era flagrantemente deficitária na régua alta do status social de um membro de uma família latifundiária e escravista da província do Rio de Janeiro. A estada de Passos em Paris, em pleno transcurso da reforma Haussmann, longe de o tornar um adepto do padrão de urbanismo do alcaide francês, ao que parece – e a julgar pelas evidências que apresentaremos mais adiante – o fez imbuir-se do horizonte crítico à essa reforma, fortemente presente nas dezenas de periódicos de uma das capitais internacionais que apresentavam uma robusta e crítica sociedade civil, apartada dos interesses do Estado francês. A Paris do período Haussmann e sua consistente esfera pública, sem átimo de dúvida, constituiu, então, o lugar do mundo mais propício para se tomar pé de um amplo arco de críticas aos princípios urbanísticos de Eugène Haussmann. Ao retornar ao Brasil, Passos dá seguimento a sua carreira de engenheiro atuando sobretudo no serviço público imperial, não obstante ter aberto uma empresa madeireira, um empreendimento privado ligado ao fornecimento de material de construção, sobretudo para as vias férreas, então em expansão no Brasil.

Em 1875 e 1876 deu-se uma oportunidade ímpar para se tomar conhecimento das concepções de urbanismo de Pereira Passos. Em 1874, o Imperador institui a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, que designou uma junta com três engenheiros, coordenada por Passos, para projetar uma grande reforma urbana que fosse capaz de dar resolução à sucessão de epidemias e endemias que vinham assolando o Rio de Janeiro desde 1849.

Da ação de criação dessa comissão, resultaram dois planos de reformulação urbanística para a cidade. O primeiro deles, emergiu com a publicação do 1º Relatório da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, em 1875. Tratava-se de um plano que, para a surpresa de todos, deixava intocado o centro urbano da cidade. Nesse projeto de reforma que Pereira Passos coordenou, o centro da urbe recebia um deslocamento para o então nascente bairro de Vila Isabel. Passos projetara nesse novo centro urbano uma universidade, com um horto botânico e um zoológico para os estudos da nova instituição científica. Projetou também uma série de casas para operários nesse novo centro urbano. Eram casas com jardim à frente, pois argumentava que o operário necessitava ter boas condições de vida, o que é um dos elementos presentes na ideia de civilização.⁷

A publicação desse primeiro relatório propiciou uma série de críticas oriundas da esfera de especialistas técnicos, de onde se destacaram as diversas críticas do engenheiro Vieira Souto, publicadas, todas, no *Jornal do Comércio*. As críticas consistiam, fundamentalmente, em apontar o que era visto como uma incongruência, porquanto Pereira Passos fora designado para liderar um plano de reforma urbana com o fim precípua de resolver de todo o persistente problema das epidemias na cidade e, mesmo assim, deixara o centro urbano do Rio de Janeiro

7 Todos os aspectos citados nesses relatórios encontram-se em: *Primeiro e Segundo relatórios da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Para um quadro sinóptico dos conteúdos presentes nesses relatórios, recomendamos Fritsch (1986, p. 75-86).

intocado. O próprio Imperador mostrou-se sensível às críticas emanadas contra o 1º relatório da Comissão de Melhoramentos, e determinou que a mesma junta de engenheiros constituísse um novo plano reformador do centro da urbe, mas que operasse, agora, com o imperativo de intervir efetivamente no Centro histórico da cidade. Assim, em 1876, vem à lume o 2º relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Dessa vez a cirurgia urbana do centro estava bem delineada. Pereira Passos projetou uma avenida que rasgaria a área central da cidade, conduzindo do Largo da Prainha, atual Praça Mauá, até o Largo da Mãe do Bispo, atual Cinelândia. Em adição, delineou uma avenida perpendicular a essa primeira, derivando dela até a atual Praça XV. O argumento de Pereira Passos era de que a constituição de duas avenidas em “T” propiciaria um sistema de circulação de brisas oceânicas pelo Centro da urbe que dissiparia o “ar contaminado por miasmas”, causa que, então, se cria como sendo a origem de todas as epidemias que aplacavam o centro da cidade. Passos também projetou uma avenida à beira mar que bordejava todo o litoral carioca entre os bairros de São Cristóvão e de Botafogo, buscando aproximar a população das brisas oceânicas. Agiu para incorporar o mar à malha urbana do Rio de Janeiro. Não obstante, nesse segundo relatório, deve chamar-nos atenção aqui a opção de Passos por uma avenida larga e curvilínea, que ligaria o Centro da urbe com a atual região da Grande Tijuca, e com os caminhos que levavam aos arrabaldes do subúrbio carioca. Essa nova avenida fugia completamente da lógica de avenidas radiais da Reforma Haussmann, pois não só era curvilínea, como também, mais uma vez a contrapelo dos protocolos haussmannianos, tratava-se de uma avenida que, longe de jogar o tráfego para longe do Centro – tal como foi feito na Paris reformada - conectava os subúrbios ao Centro do Rio de Janeiro, o que não parece sugerir qualquer intuito de esvaziar o Centro da cidade da presença da sua população.

Pereira Passos foi um homem do Império. Nasceu no período regencial, em 1836. Quando a República foi instituída, Passos contava 53 anos de idade, algo próximo das expectativas de longevidade de então, mesmo para com alguém com o seu perfil social. Realizou os seus estudos primários na fazenda do seu pai, no Vale do Paraíba Fluminense, e complementou os seus estudos na Côrte.⁸ Seguiu o ensino superior gerido por uma instituição da burocracia imperial, o Exército, porquanto a Escola Militar de Desenho Fortificação e Artilharia era, então, a única escola nacional de engenharia. Não havia outra no país nos anos de 1850, quando Passos lá estudou. Uma vez formado, delineou uma carreira profissional em que o seu aspecto dominante foi o serviço público, no qual atuou por quase 33 anos. Se contarmos o seu período como aluno da escola de engenharia, iríamos elevar esse número a 37 anos.⁹

8 Estudou no Colégio São Pedro de Alcântara, onde também foram estudantes Floriano Peixoto e Osvaldo Cruz (Athayde, 1944, p. 37).

9 Pereira Passos ingressa na então Escola Militar da Corte em 1853, concluindo o curso de engenharia em 1856 (*Ibidem*, p. 61-69).

A ideia de civilização, como já indicamos, era o valor central do Império, o que se almejava perseguir e uma espécie de metáfora política do regime no que tange a maneira da elite imperial se auto-perceber. Essa elite se entendia como a fiadora da civilização no Brasil, e a única possibilidade de se disseminar a mesma por terras brasileiras. Nessa condição de detentora do que se compreendia como herança civilizada do mundo Ocidental, a noção de civilização que se acalentava no Brasil monárquico supunha, necessariamente, a ideia de uma irradiação de cima para baixo dos valores a ela relacionados.¹⁰ Era o Estado, ele, através de sua elite burocrática estatal, quem deveria levar as “luzes da civilização” a uma terra considerada por essa elite uma espécie de “terra bárbara de mestiços” que mal tinham certeza de que se dariam ao que entendiam como sendo os seus esforços civilizatórios.

Um jurista e politólogo italiano do início do século XX, Alfredo Nicéforo, escreveu a obra *Les indices numériques de la civilization* (1921), com o fim de poder mensurar – de forma sobremaneira cartesiana – o quão civilizada seria cada sociedade. Nesse trabalho Nicéforo elege 4 verificadores que deveriam ser o mais plenamente possível preenchidos em uma sociedade que se pretendesse “civilizada”, uma vez que o autor compreende civilização como um conceito meramente descritivo e passível de aferimento. Esses critérios objetiváveis seriam, no entendimento de Nicéforo: a vida intelectual, material e moral de uma sociedade e a estabilidade e bom funcionamento da organização político e social da mesma. Em acréscimo aos índices numéricos da civilização desse intelectual italiano, poderíamos considerar uma base educacional para a sociedade, com o desenvolvimento da arte, cultura e ciência, além do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como de uma certa compostura nos espaços públicos, além da preservação da higiene desse mesmo espaço (*Ibidem*, p. 30).¹¹

No entanto, para a elite que se auto-percebia como detentora de uma missão civilizadora, mais importante do que a boa consecução dos índices numéricos da civilização estabelecidos por Nicéforo, seriam a percepção de que se é parte do que era percebido como o fluxo de uma tradição. A tradição lhes informaria, formaria e os investiria da incumbência de manter a reprodução do movimento do desenvolvimento da civilização no tempo, seu *aggiornamento* histórico, uma ideia de grande importância para a 2ª geração do romantismo brasileiro, que via a independência da Brasil face a Portugal não como uma ruptura com o passado, mas como um desenvolvimento natural e quase inexorável da situação anterior (Ricupero, 2004, p. XXXI). Civilização era percebida como um movimento que constituiria o próprio sentido da história. Vale lembrar o quanto Hegel esteve presente, por vezes até como figura espectral, nas vogas intelectuais do Ocidente do século XIX. A dialética do espírito só se

10 Essa conduta da elite brasileira do Império está registrada em diversos trabalhos da historiografia nacional. Quanto a isso, indicamos aqui, particularmente Carvalho (1988). Ver, em especial, o capítulo 4º “O Conselho de Estado: a cabeça do Governo”.

11 Para constituir os elementos que povoam essa vasta ideia de civilização, tomamos por base os seguintes autores: Beneviste (1974); Elias (1994); Febvre (1930).

constitui pela argamassa do tempo. Logo, a incumbência pessoal de civilizar, seja ela moral ou profissional no serviço público, constituía o que ficou conhecido como o “fardo do homem branco”.¹² Mas era fardo, posto que missão, a necessidade de fazer parte de um movimento maior que si mesmo. A percepção no Brasil do período imperial era a de que ser civilizado e/ou civilizador, significava pertencer a um movimento muito maior do que eu mesmo, e que me dignificava na busca por dignificar a sociedade e, também por me permitir continuador do que era entendido como movimento da história (Febvre, 1930, p. 30; 32).¹³

Esse foi sempre o sentido da atuação de Pereira Passos. Não teve aniquilados os seus valores egressos da sociedade imperial pelo fato de viver na República. Passos se entendia como um reformador urbano imbuído de um sentido civilizador, tal como nós o apresentamos aqui. E, entendemos decisivo vincar que Passos não se compreendia no valor hegemônico durante toda a I República, o progresso. Se a ideia de progresso se encontrou subsumida à ideia de civilização no século XIX, durante a República, foi a ideia de civilização quem ficou subordinada à noção de progresso republicano (Azevedo, 2016, p. 96). Cabe marcar também que a ideia de progresso vigente na República, a metáfora política do regime, se transforma face à noção de progresso presente no Império. Se no regime anterior o progresso era uma ideia em função de outra, a saber, o progresso era o progresso não no seu per si, mas como um elemento meta em função de uma outra ideia maior e mais relevante do que ele, a ideia de civilização. O progresso era o progresso da civilização. Com a emergência da República, a ideia de progresso se descola da ideia de civilização, adquire autonomia face a ela, e passa mesmo a justificá-la. Ocorre a inversão de um eixo de subordinação: a ideia de civilização que antes subordinava a si a ideia de progresso, agora, com a República, aparece, ela mesma, subordinando à ideia de civilização a si.

Ainda, vale destacar, a noção de progresso, desde o Império, que trazia consigo uma ideia de melhoria continuada projetada adiante, ou seja, o progresso era, ele mesmo, um movimento que envidava sempre para melhor. O progresso não admitia quebras e retomadas, era constituído desenhando uma diagonal superior, crescente no horizonte. Ora, na qualidade de uma linha ascendente de melhoria continuada projetada adiante, o progresso era percebido, também, como inexorável. Era um movimento que atropelava tudo aquilo que se opunha ao itinerário, sempre rumo ao futuro, do seu caminho. E o principal óbice ao transcurso do seu caminho seria o passado. Somente ele poderia comprometer a efetivação presente do futuro que a nova noção de progresso pressupunha. Com efeito, o progresso, então, só

12 Título de um poema do poeta britânico Rudyard Kipling, de 1899. Essa poesia, muito expressiva do ideário imperialista europeu, fortemente etnocêntrico, da 2ª metade do século XIX, dá nota do que seria considerado pelo seu autor como um peso existencial, um fardo, que acometeria o homem branco na sua ação de civilizar povos extra europeus, não brancos e mestiços em geral.

13 Isso fica bastante claro quando, por exemplo, nos debruçamos sobre as análises que Lucien Febvre faz da concepção de história de Guizot.

poderia se estabelecer pela aniquilação do passado.

Já para a noção de progresso imperial, acalentada por Pereira Passos, o progresso jamais deveria se estabelecer pelo arrasamento do passado, mas sim por também ser uma superação, mas uma superação que não se daria por uma eliminação, mas por uma fagocitose, por movimento de englobar e superar o passado, afirmando-o, ao invés de negá-lo. Seria o passado posto em novo esquadro, uma presença orgulhosa de um passado que se atualiza e, ao fazê-lo, se redimensiona, em um movimento de progresso da civilização no tempo. Se o progresso é um dado referido a um futuro, a civilização é um dado referido a um passado. É um orgulho de uma trajetória histórica, e a percepção de um pertencimento a ela. Nessa perspectiva, no universo simbólico romântico vivido pela elite imperial, diferentemente do universo simbólico iluminista vivido pela elite republicana, não é a história quem nos pertence, somos nós quem pertencemos a ela. No Império, havia a consciência de que nós não podíamos controlar os rumos que a história tomava, mas que, antes, éramos controlados por ela ou, até mesmo, submetidos a ela.

Perceba-se também que, com o advento da República, e sobretudo com o redimensionamento da arquitetura política imperial e o advento de uma ordem política federalista, deu-se espaço aos ditames das elites locais, que não sofriam mais o controle nem de um Estado centralizado, nem da vigilância moral do Imperador.¹⁴ Esse movimento abriu espaço para novos anseios, antes contidos. Com essa nova realidade política, somada à experiência social e econômica do Encilhamento¹⁵ – ocorrido logo no início da República – tivemos, cada vez mais, uma ideia de progresso não somente autonomizada face à ideia de civilização, como também, cada vez mais restrita ao progresso na sua dimensão material, como grandes obras públicas e privadas e o crescimento econômico, científico e tecnológico. Mais ainda, na sua relação, agora, de dominância para com a ideia de civilização, essa deveria ser não mais o foco e prioridade das ações e esforços do Estado, mas sim uma espécie de corolário lógico da operacionalização do progresso, a saber: o desenvolvimento material no tempo. Aplique-se o progresso e terá, como um pote de ouro ao final do arco-íris, a implementação de uma civilização. Na República, a civilização nunca foi o foco, ela era percebida como consequência daquilo que a autorizaria, o progresso, este sim, o valor maior a ser cultuado no novo regime. Passos esteve fora dessa lógica hegemônica, foi um homem de espírito imperial na República, foi extemporâneo em valores no novo regime, em que pese sua sustentação de seu arco de valores não agredir ou confrontar, em níveis mais altos, o valor hegemônico no Brasil da I República: o progresso. Para Passos, progresso era o desenvolvimento de uma

14 No seu livro *Os bestializados* (2019), José Murilo de Carvalho fala do impacto da perda desse elemento de vigilância da probidade, postada na figura do Imperador.

15 O romance *O Encilhamento*, do Visconde de Taunay, escrito com o pseudônimo de Heitor Malheiros no rescaldo dos acontecimentos que envolveram esse fenômeno econômico, em 1893, nos oferece fartas evidências da relação que estabelecemos entre a experiência do Encilhamento na Capital Federal e o processo de autonomização da ideia de progresso face à ideia de civilização (Malheiros, 1971).

civilização no tempo, a sua atualização necessária para essa seguir adiante com o seu movimento histórico.

A ideia de civilização acalentada por Pereira Passos propugnava uma integração do elemento operário a uma condição material de vida digna. Sua resposta à explosão do processo de crescimento urbano não era original. Parte da elite liberal europeia de fins do século XIX já defendia essa perspectiva em reação ao boom demográfico das grandes cidades europeias no contexto de emergência da II Revolução industrial.¹⁶ Dar um mínimo de dignidade de vida ao operariado, assistência emergencial em caso de necessidade, habitação digna e acesso ao lazer seriam medidas recomendáveis dentro desse horizonte, e seria também uma forma de controle político das massas que avultavam rapidamente no Rio da virada do século, uma cidade que avançava em sua demografia a passos demasiados rápidos. Vale lembrar que a população do Rio de Janeiro era de cerca 275 mil habitantes em 1872, saltando para 525 mil em 1890, e disparando a 811 mil moradores em 1906.¹⁷ Mesmo em longo prazo o movimento demográfico da cidade deu nota dessa aceleração. A população da cidade era estimada em cerca de 40 mil habitantes em 1799, e salta a 811 mil residentes em 1906, um aumento de mais de 20 vezes o tamanho da sua população em pouco mais de um século. Além disso, a população da cidade era repleta de forasteiros, com cerca de 55% da sua população de origem exógena a urbe.¹⁸ Vários ex-escravos acorreram a maior e mais rica cidade do país nos anos após a abolição. Constituíam uma população que não apresentava instrução formal alguma, e quase nenhum preparo para atuar em atividades especializadas, que demandavam alfabetização e educação para calcular, o que atirava a muitos no desemprego, subemprego, alcoolismo, residência nas ruas e logradouros da urbe, bem como roubos e furtos. Com efeito, a principal atividade de ocupação de sua população era a dos “sem ocupação definida, muitos dos quais, também, sem moradia definida”.¹⁹

A reação de Pereira Passos a esse conjunto de características desafiadoras da Capital Federal foi um projeto de integração conservadora. Ou seja, de uma integração tímida, insuficiente e condicionada das classes baixas da sociedade carioca. Além disso, os movimentos de integração conservadora de Passos não atacavam as estruturas de exclusão social presentes naquela sociedade.

A ideia do engenheiro reformador era a de criar no Centro do Rio de Janeiro um ambiente asseado, com espaços mais amplos, diversas praças e com uma arquitetura que

16 Sobre essa percepção da necessidade de equilíbrio orgânico da vida social e a percepção do Estado como elemento de integração a partir de uma lógica romântica e conservadora, ver Baumer (1977, p. 44-50).

17 Ver: IBGE. *Censos do Brasil*. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> (Acesso em: jan. 2024).

18 *Idem*.

19 Um quadro sinóptico da drástica situação social do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da I República pode ser encontrado em Sevckenko (2003, p. 72-94).

propiciasse um sentimento de enlevo estético, uma retórica de sedução para uma ideia de civilização nos trópicos. O Centro deveria se tornar um lugar interessante para a presença da população carioca, a fim de a atrair ao seu espaço, concebido como um lugar pedagógico do ser civilizado. Na impossibilidade financeira de reproduzir nos subúrbios os gastos das obras no Centro urbano, Passos tomou o Centro da cidade como sítio de exemplaridade do “ser civilizado”. A ideia era tornar essa localidade da cidade mais atrativa para que a população a ela acorresse com maior frequência, e assim se imbuísse do “espírito civilizado”, a saber, as referências estéticas, culturais e comportamentais da burguesia urbana europeia do século XIX. Não é sem razão que já no seu 1º dia à frente da prefeitura, Passos decreta um sem-número de proibições no Centro do Rio, como as proibições de se acender fogueiras, de cães circulando nas ruas sem coleira, de se soltar balões, da venda ambulante de leite, perus, vísceras de carne ou loteria, bem como do que se chamava a época de *tavolagem*, hoje conhecida como atividade de camelô. Mas Passos não propugnou pelo seu projeto de civilização tropical apenas com proibições. Elevou o número de praças no Centro, de 2 para 11. Mandou construir um magnífico teatro, e ainda criou um aquário público de espécies de água salgada no Passeio público, sempre com o argumento de se atrair a população ao Centro.

Passos não se limitou a tornar o Centro mais atrativo à população carioca. Operou também uma série de ligações entre o Centro da cidade e seus subúrbios. Criou três distintos sistemas viários que conectavam o Centro do Rio aos caminhos que conduziam aos arrabaldes do subúrbio, e ainda deixou um quarto sistema viário com todos os estudos e planejamentos realizados, na mesma direção. Dentro do horizonte de sua integração conservadora em nome do ideal de civilização, Passos primou por conectar diversas regiões da cidade com o seu centro urbano. Mais ainda, criou três vilas operárias na região do Centro da urbe, com o argumento de que os operários deveriam residir próximos ao seu local de trabalho e, também, instituiu um decreto que pagava um prêmio de valor financeiro considerável àqueles que construíssem a melhor vila operária, todo ano, desde que essa fosse edificada no Centro da Capital Federal.

Todo esse conjunto de ações deram nota da ideia de se estimular a população carioca a frequentar o seu centro urbano, de modo que esta pudesse se imbuir de uma retórica urbana de civilização, e fosse tomada pelo seu enlevo. Assim, se pretendia que essa população, objeto da pedagogia civilizadora do Centro, pudesse espriar aos seus lugares de moradia os pressupostos de uma ideia de civilização burguesa e europeia do século XIX. O Centro reformado ofereceria uma experiência estética e ética de “civilização”, experiência esta que, na melhor tradição conservadora imperial deveria vir de uma elite burocrática ilustrada do Estado, como Pereira Passos, que a aplicaria, de cima para baixo, à população. Passos esperava que, uma vez imbuída dos códigos da “civilização”, essa população, que vivenciara a sua experiência “civilizatória” no Centro urbano reformado, pudesse levar o mesmo *ethos* e comportamento urbano à sua localidade de origem.

Tomando por base a estratégia básica de Pereira Passos para efetivar o seu ideal de civilização, vê-se que o engenheiro reformador não tinha no seu horizonte a perspectiva de, através do seu projeto de reforma urbana, expulsar a população pobre do Centro da cidade.

Ao contrário, desejava atraí-la a esta parte da urbe. Doravante, apresentaremos isso, aqui, através de uma série de evidências presentes em sua ação como reformador da urbe carioca.

a) Pereira Passos criou três vias de ligação direta do Centro da urbe com a Zona Norte, e os seus caminhos que levavam ao subúrbio. Mais ainda, deixou todos os estudos topográficos feitos para uma quarta via de ligação do Centro com a Zona Norte. Um prefeito que constrói três vias de ligação do Centro com a Zona Norte e deixa todos os estudos feitos para uma quarta via nesse sentido, não pode ser alguém que busca afastar a população do Centro da cidade. A reforma Haussmann, por exemplo, não só não criou nenhuma via de ligação do Centro com os subúrbios de Paris, como criou estruturas viárias semicirculares para retirar o trânsito de pessoas do Centro da cidade.²⁰

b) Passos buscou tornar o Centro do Rio de Janeiro mais atraente para o seu cidadão. Multiplicou o número de praças no Centro da cidade, embelezando-as. Pôs em todas elas um coreto de música, com o fito de que grupos musicais se apresentassem gratuitamente nos finais de semana, para atrair a população ao seu espaço reformado. Ainda, fez um aquário oitavado no Passeio, de espécimes marinhas, de água salgada, sempre com a ideia de atrair público ao local. Além disso, constrói um teatro, como o Teatro Municipal, outra atração no Centro urbano.²¹

c) No seu livro *Notas de Viagem, cartas a um amigo*, que colige uma série de cartas que Passos enviou a Américo de Souza Rangel, Passos faz apreciações sobre os hábitos da população urbana europeia. Essas cartas resultam de uma grande viagem que fez após largar a prefeitura. Passos solta algumas impressões sobre a vida urbana em Nice, no sul da França. Numa dessas cartas, o engenheiro se manifesta quando vê a presença de vários franceses das classes populares ocupando o espaço público da área mais nobre da cidade, a destacada *avenue Promenade des Anglais*, à beira mar. Diante da cena, Passos afirma “é o que não temos aí”, dando nota daquilo que julgava faltar no Centro do Rio de Janeiro, a presença de gente simples e humilde da cidade. Não nos parece viável que Passos tenha escrito uma carta, logo após se desvincular da prefeitura, com impressões pessoais suas, dirigidas a alguém de sua esfera íntima, um grande amigo, na qual lamenta a pouca presença de populares no Centro do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo ter feito uma reforma urbana com o fito de expulsar a população mais carente do Centro da urbe.

d) Pereira Passos mandou construir três vilas operárias no Centro do Rio de Janeiro e em seu entorno, de onde se poderia ir a pé ao centro da cidade. Mais ainda, decretou

20 Essa obra e sua inteira disposição em forma de planta baixa se faz presente no atlas de Barreiros, sobretudo no comparativo das plantas do Centro urbe do Rio, de Garnier, de 1852, e a planta do Tenente Francisco Jaguaribe de Mattos, de 1910, pós reforma urbana de Pereira Passos. O contraste das distintas soluções viárias fica nítido em Barreiros (1956, p. 21-23, pranchas 16; 18).

21 Cf. *Mensagens do Prefeito do Distrito federal*. Mensagem de abril de 1904. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1906, p. 59-60; Cf. *Ibidem*. Mensagem de abril de 1906, p. 103. Pereira Passos aumenta o número de jardins públicos da cidade, de 4 para 11.

um prêmio anual, em dinheiro, para a melhor vila operária, desde que fosse construída no Centro da cidade. Mais uma vez, suas ações desabonam, de maneira flagrante, a ideia de manter os pobres longe do Centro (*Mensagens do Prefeito do Distrito Federal*, setembro de 1906, p. 14-15).

e) Se Passos tivesse quebrado as ruas da área central do Rio de Janeiro com a finalidade de pôr tudo abaixo e expulsar os pobres dessa área da cidade, por que então o teria feito apenas em um lado das ruas, como fez?²² Teria desejado expulsar a metade dos pobres do Centro do Rio?

f) As duas freguesias que receberam a grande maioria das demolições feitas por Pereira Passos foram aquelas da Candelária e do Sacramento. Ambas eram freguesias habitadas pelas classes altas ou pelas camadas médias-altas do Rio de Janeiro. Ainda, não havia cortiços nessas freguesias.²³

g) Se o propósito da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro fora expulsar os pobres do Centro, demolindo os seus cortiços com o fim de aburguesar esta área da cidade, e realizar lucros com a especulação imobiliária, então por que Pereira Passos deixou intocada a freguesia de Santana? Esta era a freguesia que apresentava o maior número de cortiços do Centro e imensa população em situação de grande pobreza. Vale lembrar aqui que tal freguesia apresentava praticamente o triplo das habitações populares da segunda maior freguesia do Centro em número de cortiços, a de Santo Antônio.²⁴

h) A intenção de Pereira Passos em manter a população no Centro fica expressa com todas as letras em uma das mensagens do prefeito ao Conselho Municipal, em 1906: “Velhas usanças se mantinham que, em muitos casos, negavam-lhe os foros de capital e mesmo de simples habitat de um povo civilizado. Deficiências de vias de comunicação [...] carência quase completa de embelezamento ou de quaisquer atrativos nos logradouros públicos, afastando deles a população” (*Mensagens do Prefeito do Distrito Federal*, setembro de 1906, p. 5-6).

Da análise do material exposto, parece e fica bastante evidenciado o interesse e os esforços de Pereira Passos para manter a população do Rio de Janeiro no seu centro urbano reformado, com vistas a os imbuir de uma retórica civilizadora. Iniciativas como construir vilas operárias no Centro; criar atrações de lazer nesta área; pagar prêmio a construções de vilas operárias no Centro e no seu entorno; criar diversas vias de acesso ao Centro Rio, facilitando a chegada da população oriunda dos arrabaldes do subúrbio da cidade; deixar passar incólume às suas reformas a principal freguesia em número de cortiços no Centro da cidade; quebrar

22 Essa estratégia pode ser verificada em: *Melhoramentos da cidade projetados pelo prefeito do Distrito Federal*, dr. Francisco Pereira Passos. Rio de Janeiro: Typografia de Notícias, 1903.

23 Sobre isso ver Paoli (2013).

24 Essa relação de razão e proporção pode ser encontrada em: IBGE. *Censos do Brasil*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> (Acesso em: jan. 2024).

apenas um lado das ruas alargadas; e o questionamento sobre a importância da presença popular no Centro em carta a um grande amigo após sua saída da prefeitura e de sua experiência na Europa, dão nota de um prefeito reformador que não só não tencionou expulsar a população pobre do Centro, como primou por mantê-la nessa localidade da cidade.

O resultado da ação hermenêutica das nossas pesquisas com as mais diversas fontes documentais de época apontam para conclusões divergentes da historiografia que, via de regra, entendeu que a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro ocorrida entre 1903 e 1906 consistiu em uma ação concatenada de Pereira Passos e da alta burguesia nacional e carioca, com o fim precípua de expulsar a população pobre do Centro visando a especulação imobiliária, mesmo que a maioria das demolições da Grande Reforma Urbana tivessem ocorrido nas freguesias nobres do Centro da cidade, e que freguesias com alta densidade de cortiços, como as de Santana e do Espírito Santo passassem intocadas pela ação reformadora de Pereira Passos.

Entendemos que é importante para o meio historiográfico o fomento a esse debate, e a renovação da reflexão historiográfica que deve ser sempre dinâmica, e sujeita a revisões à luz de novas questões e novas fontes na busca de um maior refinamento e apuro de nossas conclusões sobre o passado.

Referências

Fontes

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução urbana do Rio de Janeiro: 1565-1965*. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos do Brasil*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: jan. 2024.

Melhoramentos da cidade projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, dr. Francisco Pereira Passos. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903.

Mensagens do Prefeito do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903-1906. 7 vols.

PASSOS, Francisco Pereira. *Notas de viagem*. Cartas a um amigo. Rio de Janeiro: Olimpio de Campos e Cia., 1913.

Bibliografia

ABREU, Mauricio de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro: Biografia e história*. Rio de Janeiro: A Noite, 1944.

AZEVEDO, André N. de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Mauadx, 2016.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Séculos XIX e XX. Vol. II. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BENVENISTE, Émile. Civilización. Contribución a la história de la palavra. In: *Problemas de Linguística General*. México: Siglo Veintiuno, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: A política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.

CARVALHO, Lia Aquino de. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1866-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1995.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume. I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FEBVRE, Lucien *et al.* *Civilisation: Le mot et l'idée*. Paris: La Renaissance du livre, 1930.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1982.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2001.

FRITSCH, Lilian Amorim. Palavras ao vento: a urbanização do Rio de Janeiro imperial. *Revista Rio de Janeiro*, v. 1, n. 3, Niterói (RJ), p. 75-86, maio-ago. 1986.

LAMARÃO, Sérgio T. N. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1995.

MALHEIROS, Heitor. *O Encilhamento. Cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro: 1890, 1891, 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

NICÉFORO, Alfredo. *Les indices numériques de la civilisation et du progrès*. Paris: Ernest Flammarion, 1921.

PAOLI, Paola di. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Gastão Pereira da. *Rodrigues Alves e sua época*. Rio de Janeiro: A Noite, [s./d.].

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.